

POLÍTICAS OPERACIONAIS
IRIDIUM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

ÍNDICE

Parte A - Política De Comitês	4
1. Introdução	4
2. Comitês	4
A. Comitê De Executivo	4
B. Comitê De Investimento	4
C. Comitê De Crédito	4
D. Comitê De Renda Variável	4
E. Comitê De Compliance	5
F. Comitê De Risco	5
G. Comitê De Pld	5
H. Comitê De Best Execution	5
3. Comitê Executivo	5
Parte B - Política De Voto	5
1. Aspectos Gerais	5
A. Objetivo	6
B. Responsabilidade	6
C. Princípios Gerais	6
D. Disponibilização Da Política	6
E. Vigência E Atualização	7
2. Matérias E Participação	7
A. Fundos De Investimento Icvm 555 (Fundos Não-Estruturados)	7
I. Abstencões Facultativas Do Exercício Da Política De Voto	7
Ii. Matérias Relevantes Onde É Obrigatório O Exercício Do Voto	8
B. Fundos De Investimento Icvm 472 (Fundos Imobiliários - Fii)	9
I. Abrangência	9
Ii. Abstencões Facultativas Do Exercício Da Política De Voto	9
Iii. Matérias Relevantes Onde É Obrigatório O Exercício Do Voto	10
3. Procedimento Decisório	11
A. Situações De Potencial Conflito De Interesse	11
B. Processo Decisório De Voto	12
4. Registro E Comunicação Dos Votos Proferidos	12
Parte C - Política De Rateio De Ordens	13
1. Objetivo	13
2. Diretrizes Gerais	13
3. Responsabilidade	13
4. Abrangência	14
5. Disponibilização Da Política	14
6. Vigência E Atualização	14
7. Regras De Alocação De Ordens E Trades	14
A. Procedimentos	15
B. Exceções	15
C. Oportunidades De Investimentos Em Fundos E Crédito Privado	15
Parte D - Política De Distribuição Por Conta & Ordem	16
1. Aspectos Gerais	16
A. Objetivo	16
B. Responsabilidade	16

C. Princípios Gerais	16
D. Disponibilização Da Política	17
E. Vigência E Atualização	17
2. Distribuição Por Conta & Ordem	17
A. Fluxo Operacional	17
B. Contingência	18
Parte E - Política De Certificação	18
1. Identificação De Profissionais Certificados Na Admissão E No Desligamento...	19
2. Critérios Para Determinar As Atividades Elegíveis Às Certificações.....	19
3. Critério De Identificação De Elegibilidade De Profissionais Transferidos	19
4. Renovações.....	20
5. Processo De Afastamento	20
6. Banco De Dados Da Anbima	20
7. Treinamento	20
Termo De Afastamento	22

Razão Social: Iridium Gestão de Recursos Ltda. (“Iridium” ou, simplesmente, “Gestora”)
CNPJ/MF nº 27.028.424/0001-10
Site: <http://www.iridiumgestao.com.br>
Versão: 31-03-2022

PARTE A - POLÍTICA DE COMITÊS

1. INTRODUÇÃO

A Iridium é uma gestora de recursos independente e com foco apenas na gestão de recursos de terceiros. Apesar de gerir um volume razoável de recursos, esta possui uma estrutura simples, porém completa e eficiente. A fim de trazer transparência e governança para os seus sócios, colaboradores e investidores (clientes), a Iridium possui uma série de Comitês, que são os órgãos responsáveis pela tomada de decisão por parte da Gestora quanto aos assuntos mais importantes.

2. COMITÊS

A Iridium conta com os seguintes Comitês:

A. Comitê de Executivo

É o Comitê que define as decisões estratégicas da Iridium. A sua descrição segue abaixo nessa Política.

B. Comitê de Investimento

O Comitê acima é descrito através da Política de Seleção e Alocação de Ativos.

C. Comitê de Crédito

O Comitê acima é descrito através da Política de Seleção e Alocação de Ativos.

D. Comitê de Renda Variável

O Comitê acima é descrito através da Política de Seleção e Alocação de Ativos.

E. Comitê de Compliance

O Comitê acima é descrito através da Política de Compliance e Controles Internos.

F. Comitê de Risco

O Comitê acima é descrito através da Política de Gestão de Riscos.

G. Comitê de PLD

O Comitê acima é tratado através do Comitê de Compliance.

H. Comitê de Best Execution

O Comitê acima é descrito através da Política de Negociações da Gestora, que por sua vez pertence a Política de Compliance e Controles Internos.

3. COMITÊ EXECUTIVO

A Iridium conta com um Comitê Executivo, que é o órgão responsável pela definição das decisões estratégicas.

Competência: Análise e definição das decisões estratégicas.

Composição: Gestor (Diretor de Investimento), Diretor de PLD, Risco e Compliance, Gestor responsável pelos mandatos de crédito, Gestor responsável pelos mandatos de Renda Variável, Analista responsável pela área de Trading & Execution e Analista responsável por RI.

Frequência: Semestral ou quando for necessário.

Decisões: As decisões do Comitê Executivo são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros e deverão ter o voto favorável do Diretor de PLD e Compliance.

Forma de registro das decisões: Registro em ata, as quais deverão ser assinadas pelos membros presentes à reunião, devendo permanecer arquivadas na sede da Gestora.

PARTE B - POLÍTICA DE VOTO

1. ASPECTOS GERAIS

A. Objetivo

A Política de Voto (“Política de Voto”) é parte integrante das Políticas Operacionais (“Políticas Operacionais”) e tem por escopo estabelecer as diretrizes do exercício de direito de voto em assembleias ordinária ou extraordinária dos ativos sob gestão de carteiras de valores mobiliários, tais como Fundos de Investimento, Clubes de Investimento e Carteiras Administradas, administradas (geridas) pela Iridium e que confirmam o direito de voto.

Esta política segue o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros.

B. Responsabilidade

A Diretoria de Compliance tem a responsabilidade pela implementação e monitoramento do cumprimento desta política.

C. Princípios Gerais

O direito de voto é parte integrante do mandato de gestão e, como tal, deve ser sempre exercido pela Iridium em benefício aos interesses das carteiras de valores mobiliários sob sua gestão.

Nesse sentido, a Iridium, no exercício do direito de voto, irá se pautar pelos seguintes princípios gerais:

- Observância dos mais altos padrões éticos, transparência e lealdade;
- Defesa dos interesses dos cotistas, buscando a valorização dos ativos e a redução de riscos dos fundos de investimento, sem que o exercício de direito de voto onere demasiadamente os fundos de investimento;
- Tratamento equitativo dos cotistas; e
- Respeito às leis e regulamentações pertinentes, incluindo normas e diretrizes da ANBIMA, e também os regulamentos dos fundos de investimento.

D. Disponibilização da Política

Em cumprimento ao Inciso VII do Artigo 16 da Resolução CVM nº 21/2021, a presente política, em especial ao que tange a política de rateio de ordens, está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.iridiumgestao.com.br>

Adicionalmente, a mesma Política também está disponível na intranet da Gestora através do endereço abaixo para o acesso de todos os seus sócios e colaboradores.

Z:\Manuais & Políticas\Vigentes

E. Vigência e atualização

Esta política será revisada anualmente, e será alterada quando necessário e sem aviso prévio. As alterações serão divulgadas a todos os sócios e colaboradores da Iridium pela Diretoria de Compliance e ficarão disponíveis para consulta de qualquer sócio e colaborador na intranet e no website da Iridium acima indicado.

2. MATÉRIAS E PARTICIPAÇÃO

A. Fundos de investimento ICVM 555 (Fundos Não-Estruturados)

i Abstenções facultativas do exercício da política de voto

A Iridium poderá abster-se do direito do exercício de voto nos seguintes casos:

- Quando a assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de estado e não seja possível o voto à distância;
- Quando o custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro nas carteiras de valores mobiliários; ou/e
- Quando a participação total das carteiras de valores mobiliários sob gestão, sujeitos à Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhuma carteiras de valores mobiliários sob gestão possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão.

Em observância ao Parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, a Iridium está ciente de que não havendo manifestação para representação legal das carteiras de valores mobiliários sob sua gestão nas assembleias gerais, o direito de voto será prerrogativa do administrador.

A Iridium se reserva no direito de abster-se do exercício de voto quando a matéria objeto da assembleia geral, ordinária ou extraordinária, mesmo sendo relevante, não for

acompanhada de informações suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos para a tomada de decisão.

ii. Matérias relevantes onde é obrigatório o exercício do voto

Com exceção das situações descritas no Capítulo anterior, são matérias relevantes, com relação às quais a Iridium não se absterá de votar:

No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração;
- Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Iridium, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelas carteiras de valores mobiliários sob gestão; e
- Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista:

- Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

No caso de cotas de fundos de investimento:

- Alterações na política de investimento, que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do fundo de investimento;
- Mudança de administrador e/ou gestor, desde que não entre integrantes do conglomerado financeiro da Iridium;
- Aumento de taxa de administração ou criação de taxa(s) de entrada e/ou saída;
- Alterações nas condições de resgate, que resultem em aumento do prazo de saída;
- Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições descritas acima;
- Liquidação do fundo de investimento; e

- Assembleia de cotistas em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do fundo de investimento, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do fundo de investimento ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, para deliberar sobre as seguintes possibilidades:
 - Substituição do administrador, do gestor ou de ambos;
 - Reabertura ou manutenção do fechamento do fundo para resgate;
 - Possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
 - Cisão do fundo; e
 - Liquidação do fundo.

A Iridium pode, ainda, exercer o direito de voto em nome dos Fundos de Investimento para deliberar outras matérias que, a seu exclusivo critério, possa ser relevante aos interesses dos cotistas. A Iridium não se responsabiliza pela não participação em uma assembleia quando a razão da ausência for falta de notificação prévia da realização da assembleia no prazo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência, no mínimo, da data de sua realização, por parte do responsável por tal notificação, seja ele o gestor do fundo investido, o administrador e/ou custodiante do fundo investido, ou o administrador e/ou custodiante de um fundo gerido pela Iridium.

B. Fundos de investimento ICVM 472 (Fundos Imobiliários - FII)

i. Abrangência

Esta política se aplica a todos os ativos integrantes da carteira dos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

ii. Abstenções facultativas do exercício da política de voto

A Iridium poderá abster-se do direito do exercício de voto nos seguintes casos:

- Quando a assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de estado e não seja possível o voto à distância;
- Quando o custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro nas carteiras de valores mobiliários;
- Quando a participação total das carteiras de valores mobiliários sob gestão, sujeitos à Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhuma carteiras de valores

mobiliários sob gestão possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão; e/ou

- Quando a matéria objeto de deliberação e assembleias envolver limite inferior a relevância definida pela Iridium em sua Política de Exercício de Voto.

Em observância ao Parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, a Iridium está ciente de que não havendo manifestação para representação legal das carteiras de valores mobiliários sob sua gestão nas assembleias gerais, o direito de voto será prerrogativa do administrador.

A Iridium se reserva no direito de abster-se do exercício de voto quando a matéria objeto da assembleia geral, ordinária ou extraordinária, mesmo sendo relevante, não for acompanhada de informações suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos para a tomada de decisão.

iii. Matérias relevantes onde é obrigatório o exercício do voto

Com exceção das situações descritas no Capítulo anterior, são matérias relevantes, com relação às quais a Iridium não se absterá de votar:

No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração;
- Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Iridium, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos FIs sob gestão; e
- Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

No caso de cotas de de FIs:

- Alterações na política de investimento e/ou do objeto descrito no regulamento;
- Mudança de administrador, consultor imobiliário e/ou gestor, desde que não entre integrantes do conglomerado financeiro da Iridium;
- Aumento de taxa de administração, criação de taxa(s) de entrada e/ou saída ou criação ou aumento de taxa de consultoria;

- Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
- Eleição de representantes de cotistas;
- Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições descritas acima; e
- Liquidação do FII.

No caso de imóveis:

- Aprovação de despesas extraordinárias;
- Aprovação de orçamento;
- Eleição de síndico e/ou conselheiros; e/ou
- Alteração na convenção de condomínio que possa causar impacto nas condições de liquidez do imóvel, a critério da Iridium.

No caso dos demais ativos e valores mobiliários permitidos pelos FIIs:

- Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração acordadas para a operação.

3. PROCEDIMENTO DECISÓRIO

A. Situações de potencial conflito de interesse

Nos casos em que a Iridium identificar potencial conflito de interesse entre a matéria objeto da assembleia e outros interesses ou investimentos nas carteiras de valores mobiliários sob gestão, esta adotará, no momento oportuno, os seguintes procedimentos:

- Solicitará informações adicionais ou esclarecimentos para a tomada de decisão; e
- Em função da resposta obtida, caso as informações e/ou os esclarecimentos solicitados não sejam fornecidos ou sejam insuficientes para a tomada de decisão, a Iridium se reserva no direito da abstenção do exercício do voto.

É possível que existam interesses divergentes entre os Fundos de Investimento e dessa forma a Gestora poderá votar de forma distinta em uma mesma assembleia geral na

qualidade de representante de cada um dos Fundos de Investimento, sempre no melhor interesse dos respectivos cotistas, sem que isso represente qualquer conflito de interesse para os fins desta Política de Voto.

B. Processo decisório de voto

O Gestor da Iridium, responsável pela administração (gestão) de carteiras de valores mobiliários perante à CVM, será o responsável pela execução da Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias, diretamente ou indiretamente através da indicação de outro gestor, ou membro da equipe de analistas da Iridium, ou outro representante legal, devidamente constituído para tal finalidade.

As decisões de voto são tomadas a partir da “ordem do dia” constantes das respectivas convocações de assembleias gerais e com base em todas as informações disponíveis relativas à matéria ou à companhia, nas reuniões quinzenais do Comitê de Investimentos da Iridium, cujas deliberações são devidamente registradas em atas de reunião.

4. REGISTRO E COMUNICAÇÃO DOS VOTOS PROFERIDOS

Ao fim de cada mês, a Iridium disponibiliza ao Administrador um relatório (“Relatório Mensal”) contendo os votos proferidos no mês encerrado em relação ao respectivo Fundo de Investimento, bem como os casos de abstenção, com um breve resumo das respectivas justificativas.

A Iridium pode encaminhar ao Administrador informações a respeito de votos proferidos no interesse dos Fundos de Investimento após as respectivas Assembleias, hipótese na qual ficará dispensada do envio do Relatório Mensal.

Cabe ao Administrador disponibilizar aos cotistas e aos órgãos fiscalizadores as informações que lhe forem passadas pela Iridium relativas ao exercício desta Política de Voto.

Além da disponibilização pelo Administrador, os cotistas podem solicitar um resumo e a justificativa sumária dos votos proferidos em Assembleias a qualquer tempo, mediante simples solicitação por escrito à Iridium, no endereço eletrônico abaixo:

comercial@iridiumgestao.com.br

A obrigação de informação aos cotistas não se aplica aos seguintes pontos:

- Matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado por lei;
- Decisões que, a critério da Iridium, sejam consideradas estratégicas; e

- Matérias não relevantes, conforme definição dos itens A1 e B2, desta política, caso a Iridium tenha exercido o direito de voto.

No caso do segundo item acima (decisões que, a critério da Iridium, sejam consideradas estratégicas), a Iridium deve manter registro dos fundamentos que considerou para classificar a decisão como estratégica, e manter à disposição da Supervisão de Mercados.

Adicionalmente, todos os votos são registrados pela Iridium e guardados em sua intranet por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

PARTE C - POLÍTICA DE RATEIO DE ORDENS

1. OBJETIVO

A Política de Rateio de Ordens (“Política”) tem por escopo estabelecer os conceitos e as diretrizes que definem a metodologia para alocação de lotes negociados pelas carteiras de valores mobiliários administradas (geridas) pela Iridium.

2. DIRETRIZES GERAIS

Em consonância com as melhores práticas de mercado, a Iridium tem por princípio o tratamento igualitário para os seus clientes. Sendo assim, as carteiras de valores mobiliários administradas (geridas) por ela adotam uma política de divisão de lotes por preço médio, sempre em que houver mais de uma carteira negociando o mesmo ativo financeiro ao mesmo tempo. Esta Política é adotada com o intuito de não favorecer uma carteira de valores mobiliários, e conseqüentemente seus respectivos investidores, em detrimento de outra.

3. RESPONSABILIDADE

A Diretoria de Compliance tem a responsabilidade pela implementação e monitoramento desta Política. O monitoramento é feito por amostragem das ordens executadas e qualquer questionamento é levado para o Comitê de Compliance. Adicionalmente, a Diretoria de Investimentos tem a responsabilidade pela verificação do cumprimento desta Política, de forma a respeitar o rateio de ordens de forma equitativa entre todas as carteiras de valores mobiliários geridas pela Iridium. Cumpre informar que o operacional da Política de Ratio de Ordens é efetuado pela área de Trading & Execution, com monitoramento da Diretoria de Compliance (conforme já mencionado).

4. ABRANGÊNCIA

A presente Política abrange os seguintes tipos de carteiras de valores mobiliários:

- Carteiras Administradas;
- Clubes de Investimentos; e
- Fundos de Investimento.

Adicionalmente, a presente Política abrange os seguintes ativos financeiros:

- Ativos de Renda Fixa de dívida pública;
- Ativos de Renda Fixa de dívida privada;
- Ações;
- Derivativos;
- Fundos de Investimento negociados em bolsa; e
- Commodities.

5. DISPONIBILIZAÇÃO DA POLÍTICA

Em cumprimento ao Inciso VII do Artigo 16 da Resolução CVM nº 21/2021, o presente manual está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.iridiumgestao.com.br>

Adicionalmente, a mesma Política também está disponível na intranet da Gestora através do endereço abaixo para o acesso de todos os seus sócios e colaboradores.

Z:\Manuais & Políticas\Vigentes

6. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Esta Política será revisada anualmente, e será alterada quando necessário e sem aviso prévio. As alterações serão divulgadas a todos os sócios e colaboradores da Iridium pela Diretoria de Compliance e ficarão disponíveis para consulta de qualquer sócio e colaborador na intranet e no website da Iridium acima indicado.

7. REGRAS DE ALOCAÇÃO DE ORDENS E TRADES

Políticas Operacionais
Iridium Gestão de Recursos Ltda.

A. Procedimentos

Em virtude da Iridium realizar a administração (gestão) de várias carteiras de valores mobiliários, o procedimento padrão é o de agrupamento de ordens de negociação de um mesmo ativo financeiro para o posterior rateio entre as carteiras de valores mobiliários, que tenham a intenção de negociação deste mesmo ativo. O agrupamento de ordens é feito em blocos de acordo com as negociações realizadas ao longo do dia e o rateio é feito através do preço médio das ordens agrupadas. Adicionalmente, o rateio do ativo financeiro negociado precisa ser proporcional à intenção de negociação de cada carteira de valores mobiliários.

As ordens são lançadas pelos gestores através de dois sistemas, um próprio e outro contratado de terceiros. O próprio executa a verificação do compliance *ex-ante* da negociação e o de terceiro é para a boletagem eletrônica. Uma vez que o compliance *ex-ante* é realizado através do sistema próprio e não é encontrado nenhum tipo de impedimento ou observação, a ordem é direcionada para a mesa de execução da Iridium para ser boletada no sistema de terceiro (boletagem eletrônica). Conforme relatado anteriormente, o agrupamento de ordens do mesmo ativo financeiro de diferentes carteiras de valores mobiliários é feito em blocos de acordo com as negociações realizadas ao longo do dia e o rateio é realizado através de um sistema proprietário, que se baseia no preço médio das ordens agrupadas, que no final do dia são divididas entre estas carteiras.

B. Exceções

O rateio pelo preço médio para negociações envolvendo o mesmo ativo financeiro não se aplica nos seguintes casos:

- Ordens de compra e/ou venda com identificação precisa das carteiras de valores mobiliários na qual elas devem ser executadas; e
- Indivisibilidade do lote padrão negociado em função da quantidade executada.

C. Oportunidades de investimentos em fundos e crédito privado

As carteiras que investem em fundos de investimento são geridas conforme suas políticas específicas. As ordens de compra e venda de cotas de fundos de investimento e ativos de crédito privado são realizadas com relação a cada um deles. As operações são especificadas por fundo em vista de seu perfil de aquisição, cronograma financeiro, e programação de liquidez.

Ordinariamente, as oportunidades dentro de uma mesma oferta serão alocadas de forma proporcional entre as carteiras. Do mesmo modo, as oportunidades serão

oferecidas a clientes específicos de forma simultânea e de acordo com a estratégia dos produtos que tais clientes possuem.

PARTE D - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO POR CONTA & ORDEM

1. ASPECTOS GERAIS

A. Objetivo

A Política de Distribuição por Conta & Ordem (“Política de Conta & Ordem”) é parte integrante das Políticas Operacionais (“Políticas Operacionais”) e tem por escopo estabelecer as diretrizes da distribuição por conta & ordem para os Fundos de Investimento administrados (geridos) pela Iridium.

Esta política segue as diretrizes do Guia de Distribuição por Conta e Ordem da ANBIMA e dos administradores fiduciários contratados dos respectivos fundos.

B. Responsabilidade

A Diretoria de Compliance tem a responsabilidade pela implementação e monitoramento do cumprimento desta política.

C. Princípios Gerais

Atualmente a distribuição por conta & ordem é muito relevante para a Iridium. Informamos que 20,35% da distribuição dos fundos (ou R\$ 1,02 bilhão) é feita através dessa modalidade (conta & ordem), com uma média diária de 500 pedidos de movimentações, entre aplicação e resgate.

Esta política segue as diretrizes do Guia de Distribuição por Conta e Ordem da ANBIMA e dos administradores fiduciários contratados dos respectivos fundos. Adicionalmente, essa política contempla o:

- Fluxo operacional de movimentações diárias;
- Transferências de fundos entre modalidades de distribuição;
- Transferência de fundos na modalidade conta e ordem; e
- Conciliação de posição.

D. Disponibilização da Política

A presente política, em especial ao que tange a política de distribuição por conta & ordem, está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.iridiumgestao.com.br>

Adicionalmente, a mesma Política também está disponível na intranet da Gestora através do endereço abaixo para o acesso de todos os seus sócios e colaboradores.

Z:\Manuais & Políticas\Vigentes

E. Vigência e atualização

Esta política será revisada anualmente, e será alterada quando necessário e sem aviso prévio. As alterações serão divulgadas a todos os sócios e colaboradores da Iridium pela Diretoria de Compliance e ficarão disponíveis para consulta de qualquer sócio e colaborador na intranet e no website da Iridium acima indicado.

2. DISTRIBUIÇÃO POR CONTA & ORDEM

A. Fluxo Operacional

O fluxo de movimentação diária pode ocorrer de duas maneiras: boletagens pelo distribuidor; ou pelo gestor.

- Boletagem pelo distribuidor:

Durante o ano de 2021, o BNY Mellon alterou o fluxo de movimentação diário de plataformas de investimento passando para essas mesmas a responsabilidade de boletar as suas próprias movimentações financeiras. Com isso, as plataformas tem acesso ao sistema SMA BNY Mellon para não só ver o seu passivo, mas também para fazer aplicações e resgates. O horário de boletagem no administrador para essas se encerra às 15:00hrs. Após esse período, todas as ordens de movimentação do dia são extraídas pela Iridium através do sistema SMA BNY Mellon em um único arquivo e inseridas na base de dados para a manutenção do histórico. Alguns desses distribuidores, também enviam as suas respectivas ordens para a Gestora, que as utiliza através de um sistema para checar se todas foram boletadas.

- Boletagem pelo gestor:

O fluxo de movimentação é informado pelos distribuidores através da chave de e-mail movimentacao@iridiumgestao.com.br no padrão de arquivo de movimentação (.txt) do administrador fiduciário contratado, BNY Mellon. Esse envio é feito diariamente até às

15:00hrs. Após o recebimento, a área responsável pelo processo de boletagem insere o arquivo em um sistema proprietário para leitura do mesmo. Nesse processo, o sistema faz inicialmente a conferência da existência de novos cotistas conta e ordem. Se houver novos cotistas, é gerado um arquivo de “cadastro de novos cotistas” no padrão BNY Mellon (.xml), que por sua vez é inserido através de upload no sistema SMA BNY Mellon. Uma vez que esse upload é feito, o sistema SMA cadastra os novos cotistas e gera um arquivo de retorno no padrão BNY Mellon (.txt). Com o arquivo de retorno contendo os códigos de contas dos novos cotistas, este é inserido no sistema proprietário, onde o mesmo faz a leitura desses novos códigos na nossa base de dados. Feito esse passo, o sistema gera um arquivo de boletas pronto para o envio a BNY Mellon (.txt). O mesmo é inserido via upload no sistema SMA BNY Mellon. A próxima etapa consiste em verificar se todas as boletas foram processadas com sucesso. Se positivo, é gerado o arquivo de retorno em formato .txt e .xlsx e enviado ao e-mail do distribuidor previamente informado. Se negativo, é verificado qual é o problema, comunicado ao distribuidor através de telefone ou e-mail para resolução do mesmo o quanto antes e se necessário realizar a correção da boleta via upload ou digitada. O horário de boletagem no administrador se encerra às 15:00hrs. Após esse período, todas as ordens de movimentação do dia são extraídas através do sistema SMA BNY Mellon em um único arquivo e inseridas na nossa base de dados para mantermos o histórico.

B. Contingência

O processo de contingência do operacional de distribuição conta & ordem, está contido no processo global de contingência da Iridium, que possui política específica para este tema - Política de Gestão de Risco.

PARTE E - POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO

A política de certificação é parte integrante das Políticas Operacionais (“Política de Certificação”) e tem por fim estabelecer os critérios a serem observados pela Iridium relacionados à certificação de colaboradores e, eventualmente, de terceiros prestadores de serviços.

A Iridium, com o intuito de manter o comprometimento e zelo com a qualidade de atendimento aos seus clientes, requer certificação de seus colaboradores em função requerida nas normas da ANBIMA. Certificação, portanto, pode ser exigida quando da contratação de novos colaboradores.

A Iridium, no limite da sua responsabilidade enquanto empregadora ou tomadora de serviços, a depender da situação fática, implementa todos os procedimentos necessários ao monitoramento das atividades prestadas por seus colaboradores e prestadores de serviço contratados, sempre balizado no princípio da eficiência, transparência e boa-fé, nos termos da legislação e da regulamentação vigente.

1. IDENTIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS CERTIFICADOS NA ADMISSÃO E NO DESLIGAMENTO

Quando da contratação/efetivação de profissional na Gestora, é verificado através de e-mail enviado ao profissional e ao supervisor direto da área de atuação se o profissional já possui alguma certificação. Com base na informação recebida do profissional, a Gestora acessa o sistema no site de certificação da ANBIMA e registra o evento relacionado.

2. CRITÉRIOS PARA DETERMINAR AS ATIVIDADES ELEGÍVEIS ÀS CERTIFICAÇÕES

A Gestora requer certificação de colaboradores que trabalhem na área de gestão de recursos, podendo tal atividade ser realizada para veículos coletivos de investimento, como fundos e clubes de investimento, ou individualmente através de carteiras administradas.

Nesse sentido, a Gestora definiu que todo colaborador com envolvimento e/ou participação no processo de gestão, como gestores e analistas, é elegível ao CGA e/ou CGE. A certificação CGA se aplica para o colaborador que tem envolvimento em veículos de gestão não-estruturados, como clubes de investimento, carteiras administradas e fundos de investimento (ICVM555) renda fixa, multimercado, cambial ou de ações. A certificação CGE se aplica para o colaborador que tem envolvimento em veículos de gestão estruturados, como fundos de investimento de participação, imobiliário ou de direitos creditórios.

Em complemento, a Gestora destaca que a CGA/CGE é uma certificação pessoal e intransferível. Caso o colaborador esteja exercendo a atividade elegível de CGA/CGE na Gestora, conforme acima indicada, e a certificação não esteja vencida a partir do vínculo do colaborador com a Gestora, o prazo de validade da certificação CGA/CGE será indeterminado, enquanto perdurar o seu vínculo com a Gestora. Por outro lado, caso o colaborador não esteja exercendo a atividade elegível de CGA/CGE na Gestora, a validade da certificação será de 3 (três) anos, contados da data de aprovação no exame, ou da data em que deixou de exercer a atividade elegível de CGA/CGE.

3. CRITÉRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEGIBILIDADE DE PROFISSIONAIS TRANSFERIDOS

É seguido o mesmo processo de elegibilidade do item acima, sendo que as seguintes condições deverão ser cumpridas:

- Sendo a transferência de área que não requer certificação para área que requer, o colaborador deve obter a certificação antes de ser transferido;

- A renovação da certificação será requerida dos colaboradores mesmo que não trabalhem mais em área que a exija; e
- O e-mail de notificação do Diretor de Compliance da transferência do profissional será utilizado para que a alteração no sistema ANBIMA seja efetuada tomando como base “não requer certificação”.

4. RENOVAÇÕES

Até o vencimento, a renovação é efetuada por meio de programas de treinamento, oferecidos ou validados pela ANBIMA. O colaborador deve enviar solicitação por e-mail à Diretoria de Compliance solicitando a renovação. Caso não deseje curso ou treinamento, o profissional pode fazer diretamente o exame necessário, devendo contatar a Diretoria de Compliance, que irá providenciar a inscrição e pagamento.

Nenhum profissional pode exercer a função sem a devida certificação, a não ser que o profissional possua uma outra certificação que substitua a existente - exemplo: profissional possui certificação em CPA 20 vencido, porém já tem certificação em CFP - considerada maior que CPA 20.

5. PROCESSO DE AFASTAMENTO

Todos os profissionais não certificados ou em processo de certificação, e para os quais a certificação seja exigível, nos termos previstos nesta Política, serão imediatamente afastados das atividades elegíveis aplicáveis, até que se certifiquem.

Aos profissionais já certificados, caso deixem de ser colaboradores, deverão assinar documentação prevista no Anexo I, comprovando o afastamento da Gestora. O mesmo procedimento de assinatura do Anexo I, será aplicável, de forma imediata, aos profissionais não certificados ou em processo de certificação que forem afastados por qualquer dos motivos acima mencionados.

6. BANCO DE DADOS DA ANBIMA

A inclusão, manutenção, afastamento e desligamento de colaboradores certificados no Banco de Dados da ANBIMA será realizada pela Diretoria de Compliance. Os bancos de dados são atualizados em até o último dia útil do mês subsequente à data do evento que deu causa a sua atualização.

7. TREINAMENTO

É objeto do treinamento anual de compliance assuntos de certificação, incluindo, sem limitação:

- Treinamento direcionado a todos os colaboradores, descrevendo as certificações aplicáveis à atividade da Gestora, suas principais características e os profissionais elegíveis;
- Treinamento direcionado aos membros do departamento técnico envolvidos na atividade de gestão de recursos, devendo os demais buscar aprovação junto ao diretor responsável pela área de gestão; e
- Treinamento direcionado aos Colaboradores da área de compliance e risco, para que os mesmos tenham o conhecimento necessário para operar no Banco de Dados da ANBIMA.

TERMO DE AFASTAMENTO

Por meio deste instrumento, eu, _____,
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, declaro para os devidos fins que,
a partir desta data, estou afastado das atividades de gestão de recursos de terceiros da
IRIDIUM GESTÃO DE RECURSOS LTDA. (“Iridium”) por prazo indeterminado:

[] ou até que me certifique pela CGA/CGE;

[] ou caso o Conselho de Certificação, nos termos do Art. 17 do Código de Certificação,
me conceda a isenção de obtenção da CGA/CGE; e

[] tendo em vista que não sou mais colaborador Iridium.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

[COLABORADOR]

IRIDIUM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: